

ÓRGÃO OFICIAL DO CORECON-RJ, IERJ E SINDECON-RJ

## UMA DÉCADA

## NOVA PERDIDA?

**O** Brasil precisa crescer, gerar emprego, distribuir renda, ampliar o mercado interno e expandir suas exportações a novos consumidores, ao mesmo tempo em que necessita reduzir o seu déficit em conta corrente e a grande dependência de capitais externos. Além disso, o país terá de exercer algum tipo de controle sobre o fluxo de capitais, de forma a prevenir-se da alta volatilidade que vem afetando as economias nacionais em tempos de globalização financeira.

São caminhos e propostas apontados ao *JE* pelo economista e professor da FGV de São Paulo, Paulo Nogueira Batista Jr., para quem o quadro atual da econo-

mia brasileira é de grande fragilidade e vulnerabilidade externa.

“Porém, não é um quadro catastrófico”, desmistifica.

Mas o novo governo que assumir em janeiro de 2003 terá de tomar medidas imediatas para reverter a situação e retomar o caminho do crescimento, pois, conforme ele próprio alerta, “o que está se configurando é uma terceira década perdida, em termos de crescimento econômico”.

A fim de esclarecer e dar mais exatidão às propostas de cada um dos candidatos à Presidência da República, as entidades de economia do Rio promovem, na celebração do Dia do Economista, 13 de agosto, debate com as equipes econômicas dos presidenciais. Certamente, uma oportunidade para saber o que cada candidato propõe para resolver as questões emergenciais e de médio e longo prazo da economia brasileira.

FHC é o pior presidente em um século de história

Os lados da moeda: que fazer com os juros?

Página

3

Página

5

Tributo à memória de Lia Haguenauer

Página

13

Dia do Economista terá debates e premiações

Páginas 8 e 16

Página

16



EDITORIAL

# A HORA DA ECONOMIA

As comemorações do Dia do Economista vão abrir espaço para um importante esclarecimento e, quem sabe, o aprofundamento das visões que estão sendo colocadas pelos candidatos à Presidência da República, até agora, a respeito do futuro e das emergências da economia brasileira.

Muito se tem falado, pouco se tem dito. Os discursos, em geral, têm circundado grandes consensos em diagnósticos, mas poucos têm ousado apontar, com exatidão e franqueza, suas propostas.

Até porque, neste momento, qualquer boato vira um fundo de verdade, como já disse a canção popular. Boatos que fazem a festa do mercado. E que festal Saem ganhando os mesmos de sempre, embriagados na orgia da atual hegemonia financeira. Daí a importância do debate que ocorrerá na noite de 13 de agosto, e sobre o qual há mais informações na última página desta edição.

Mas para quem quiser se preparar para debater as grandes questões nacionais, a

dica é ler a entrevista do professor Paulo Nogueira Batista Jr. a este *JE*. Sem dúvida, indica os pontos nevrálgicos que vão exigir imediata ação de um governo que se eleja comprometido com a mudança, com a ousadia de construir um outro Brasil, sem excluídos e sem milhões de miseráveis.

Mas o *JE*, nesta edição, abre também novos espaços em suas páginas, em busca de uma melhor e mais proveitosa leitura de seu público. Nesses dias difíceis e tumultuados, é sempre demais pedir uma contribuição a quem já dá, diariamente, tanto de si para sobreviver e pagar as contas.

Porém, cada leitor que se interessar em dar opiniões sobre o jornal, criticar, sugerir ou propor mudanças, saiba que ouvidos, portas, olhares e a equipe que discute e elabora o *JE* estão totalmente abertos e sensíveis à participação e contribuição. Afinal, participar é cada vez mais um ato cotidiano da cidadania. Toda manifestação, portanto, será sempre muito bem-vinda.

Uma boa leitura a todos. ■

## CARTEIRA DE ECONOMISTA

# VALIDADE NACIONAL

"Só poderão exercer a profissão de economista os profissionais devidamente registrados nos Corecon's, pelos quais será expedida a carteira profissional" (Art. 14 da lei 1.411, de 13 de agosto de 1951 - grifo nosso). Carteira esta, "assinada pelo presidente, que constitui prova de identidade para todos os efeitos legais" (Art. 15 da referida lei 1.411, com nova redação dada pela lei 6.021, de 3 de janeiro de 1974), sendo válida por todo território nacional.

Como podemos ver, a Carteira de Economista, não é apenas mais um documento. Ela representa a "habilitação" do Economista, além de agregar as informações do número da Carteira de Identidade, do CPF (Certidão de Pessoa

Física), a opção de ser doador ou não entre outras.

Por este motivo, o Conselho Regional de Economia - 1ª Região/RJ, convida os economistas a observarem a data de validade de sua carteira (caso vencida solicitar uma segunda via) e, informar ao Corecon/RJ nos casos de extravio. Não devemos esquecer que ela pode ser utilizada para fins ilícitos.

Para maiores informações, procurar o Setor de Fiscalização e Registro, na sede do Conselho, que conta, inclusive, com uma seção de documentos achados e perdidos.

Todas as Leis aqui citadas podem ser encontradas no site do Conselho Federal de Economia: [www.cofecon.org.br](http://www.cofecon.org.br) (ver legislação). ■

## JORNAL DOS ECONOMISTAS

Órgão Oficial do  
CORECON - RJ, IERJ E SINDECON - RJ  
ISSN 1519-7387

Conselho Editorial: Cláudio Leopoldo Salm, Helena Maria Martini Lastres, Hildete Pereira de Melo, João Paulo de Almeida Magalhães, Maria José Cyhlar, Paulo Sérgio Souto e Reinaldo Gonçalves • Edição: CORECON - Conselho Regional de Economia - Rio de Janeiro - Telefax: 2232-8178 - e-mail: [coreconinst@altermex.com.br](mailto:coreconinst@altermex.com.br) - homepage: <http://www.economistas.com.br>

• Editor: Nilo Sérgio Gomes • Caricaturista: Cássio Lorezano • Projeto gráfico: André Lippmann, José Mira e Marcelo Paiva • Editoração eletrônica: André Lippmann • Fotolito e Impressão: Tipológica • Tiragem: 13.000 exemplares • Periodicidade: Mensal - As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

### CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 • 19º andar

Rio de Janeiro • RJ • Centro • Cep 20054-900

Telefax: (21)2232-8178 ramal 22

E-mail: [coreconrj@altermex.com.br](mailto:coreconrj@altermex.com.br)

Homepage: <http://www.economistas.com.br>

Presidente: Ronaldo Raemy Bangel • Vice-presidente: João Manoel Gonçalves Barbosa • Conselheiros Efetivos: Ângela Maria Puppim Buzanovsky, Francisco Bernardo Karam, Helena Maria Lastres, Hildete Pereira de Melo, João Manoel Gonçalves Barbosa, Maria José Cyhlar Monteiro, Paulo Sérgio Souto • Conselheiros Suplentes: Arthur Câmara Cardozo, Eduardo Campos Scaletsky, José Antonio Lutterbach Soares, Julio Diniz, Julio Flavio Miragosa, Luiz Mario Behnen, Mario Luiz Freitas, Mauro Osorio, Sandra Maria Carvalho de Souza.

### SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 • Grupos 1607/1608/1609

Rio de Janeiro • RJ • Cep 20031-000

Tel.: (21)2262-2535 • Telefax: (21)2533-7891 e

2533-2192 • E-mail: [sindecon@sindecon.org.br](mailto:sindecon@sindecon.org.br)

Coordenador Geral: Sidney Pascoal da Rocha • Coordenador de Assuntos Institucionais: Paulo Passarinho • Diretores de assuntos institucionais: Ademar dos Santos Mineiro, Rogério da Silva Rocha, Enilce Leite Melo, Luiz Antonio Rodrigues Elias, Luiz Mario Behnen, Antônio Mello Jr. e Renato Luiz Mello de Oliveira • Coordenador de Relações Sindicais: João Manoel Gonçalves Barbosa • Diretores de relações sindicais: Sandra Maria Carvalho de Souza, Eduardo Mendes Gallado, Carlos Tibirigá Miranda, Gilberto Caputo Santos, José Fausto Ferreira, Regina Gadioli dos Santos, Paulo Gonzaga Mibeli de Carvalho e Marcelo Sereno • Coordenador de Divulgação e Finanças: Gilberto Alcântara da Cruz • Diretores de divulgação e finanças: Benni Faerman e Eduardo Campos Scaletsky • Conselho Fiscal: Ademir Figueiredo, José Viegas e Jorge de Oliveira Camargo.

### IERJ - INSTITUTO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 109 • 16º andar • Rio de Janeiro

RJ • Centro • Cep 20054-900 • Tel.: (21)2509-1077

Telefax: 232-8178 ramal 22 • E-mail:

[ierj@altermex.com.br](mailto:ierj@altermex.com.br)

Presidente: Cláudio Leopoldo Salm • Vice-presidente: Hildete Pereira de Melo • Diretor de Finanças: Erikson Teixeira Lima • Diretora Executiva: Glória Mans Moraes, José Eduardo Cassidito, Luiz Antonio Rodrigues Elias, Mario Cordeiro de Carvalho Júnior, Nelson Victor Le Coco, Paulo Gonzaga Mibeli, Renata Leite Pinto Nascimento, Ruth Espinola Soriano de Souza Nunes, Silvio Renato Paes de Figueiredo.

OS LADOS DA MOEDA

# O QUE FAZER COM OS JUROS?

O JE inicia uma nova seção em suas páginas, buscando o debate e a diversidade de idéias através das opiniões de economistas de linhas de pensamentos diferentes

**A**brimos a série ouvindo os economistas Antonio Carlos Pôrto Gonçalves, diretor do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, e Nelson LeCocq, diretor do Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro, sobre um tema extremamente atual e polêmico: a taxa de juros.

**JE** - *A taxa de juros é, hoje, instrumento eficiente para o combate à inflação?*

**Pôrto Gonçalves** - Não, os juros hoje em dia não estão altos por causa da inflação. O que combate a inflação é o controle monetário e o juro alto ou baixo reflete este controle. Hoje, a taxa de juros visa manter equilibrado o balanço de pagamento e não combater a inflação. O juro mais alto é ligado fundamentalmente à balança de pagamento.

**Nelson LeCocq** - A origem da inflação, hoje, está vinculada à variação do dólar. O mecanismo de transmissão das variações cambiais para os preços tem sido controlado pelo governo através de uma taxa de juros muito alta, que não se pode considerar um remédio eficaz contra a inflação, no médio prazo. Particularmente em um país como o Brasil, onde a taxa de juros deixou de ser um desestímulo ao consumo e passou a ser um garrote sobre a economia como um todo. Então, não se

pode considerar eficaz a taxa de juros como mecanismo de combate à inflação. O caminho a seguir é o de políticas de ampliação da oferta e de menor dependência de insumos estrangeiros.

**JE** - *É possível reduzir, já, de forma expressiva a taxa de juros no Brasil?*

**Pôrto Gonçalves** - Não é possível reduzir a taxa, já. Com essa crise externa, se reduzir vai gerar uma crise de financiamento externo e não irá conseguir rolar a dívida. Com a eleição dando uma chacoalhada na economia, se reduzir a taxa de juro, agora, o país vai ter um problema maior e logo vai ter de aumentá-la de novo.

**Nelson LeCocq** - Sim, porque existem duas taxas de juros. A oficial, que é aquela que o governo estabelece através das reuniões do Comitê de Política Monetária, que é referência para remuneração dos títulos públicos. Mas a taxa que a sociedade sofre é a praticada pelos bancos, em torno de 60% ao ano, na melhor hipótese, porque chega a 150%, para cheque especial ou cartão de crédito. Ou seja, o oligopólio bancário está se apropriando de uma parcela significativa da renda e da produção nacional. Uma nova política econômica tem recursos para inverter esta situação, utilizando o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, no sentido em que regulem o mercado praticando taxas mais baixas. O peso dessas instituições fará com que o restante do mercado acompanhe e reduza também suas taxas.

**JE** - *Quais os critérios para se definir a taxa*

*de juros, em sua opinião?*

**Pôrto Gonçalves** - Os critérios são do mercado. O Brasil vai ter sempre juro alto porque ele fez a moratória, em 1986, e tanto interna quanto externamente vai levar algumas décadas para readquirir a confiança dos investidores. A reputação e credibilidade são fundamentais e toda taxa de juro incorpora sempre uma taxa de risco. A queda, portanto, nos juros está, hoje em dia, muito mais ligada ao câmbio, ao balanço de pagamento e à rolagem das dívidas interna e externa.

**Nelson LeCocq** - O critério teórico para definição dos juros é o desejo que os agentes econômicos têm de reter moeda líquida em seu poder. Quanto mais sombria é a expectativa em relação à demanda futura e à própria solvabilidade da dívida pública, mais altas taxas de juros serão cobradas. O que determina, então, é o conjunto da situação econômica no país e a orientação da política monetária praticada pelo governo. No Brasil, o governo tem enorme poder de determinar a taxa de juros. Hoje, uma taxa para financiamento da dívida pública em torno de 14% ao ano e de 20% para financiar a atividade privada já estaria mais do que satisfatória. O resto é mera permissividade do governo perante a ganância do setor bancário. ■



Pôrto Gonçalves



Nelson LeCocq

DICAS E VERBETES

# LIVROS E SÍTIOS DE ECONOMIA

O JE inicia, nesta edição, a publicação de duas outras seções: a de dicas de livros e páginas da internet, e a de verbetes. A cada número, um economista será convidado a apresentar sugestões de leitura e fontes de consultas. Os verbetes, de autoria do professor Paulo Sandroni, da Fundação Getúlio Vargas, de São Paulo, serão também publicados a cada edição, estando direta ou indiretamente relacionados aos temas abordados.

## Keynes, Hicks, FMI e Bird

Fernando Cardim\*

Um livro introdutório: *The Years of High Theory*, de G.L.S. Shackle, publicado pela *Cambridge University Press*, já traduzido para o português. É uma reconstrução dos debates travados em uma década fundamental para o desenvolvimento da moderna teoria econômica, a de 1930. Livro imperdível para quem quiser conhecer a origem das grandes linhas de pensamento micro e macroeconômico do século XX.

Outro: *John Maynard Keynes*, de Hyman Minsky, de 1975, da *Columbia University Press*. Pode surpreender classificá-lo como introdutório, mas é na verdade uma obra bastante acessível sobre as idéias de Keynes, apresentadas por um de seus intérpretes mais interessantes e originais.

Um clássico: *Teoria Geral sobre Emprego, Juros e Moeda*, de John Maynard Keynes. Um livro fundamental, cuja fertilidade se mostra após a queda em descrédito de cada nova onda de tolices geradas por economistas (como a dos chamados Novos Clássicos). Outro clássico fundamental é *Valor e Capital*, de John Hicks, essencial para se entender o desenvolvimento da teoria macroeconômica predominante na maior parte do século XX.

Livro recém lançado: à medida que a economia vai seguindo os passos das chamadas *hard sciences*, cada vez se produzem menos livros marcantes, já que a produção científica passa a ser veiculada principalmente através de artigos em revistas acadêmicas. Há coletâneas de artigos que são muito interessantes, mas poucos livros realmente marcantes.

Pela atualidade, sugiro o livro de um não-economista, Paul Blustein, jornalista do *Washington Post*, *The Chastening*, que narra o comportamento do FMI nas crises cambiais recentes, desde a crise asiática, de forma não apenas acessível, mas excitante como um livro policial. Ao que saiba, está sendo traduzido para o português.

### Três sites

Há muitos sites de interesse, e surgem novos todo tempo. Indico o do *National Bureau of Economic Research* ([www.nber.org](http://www.nber.org)), que contém os textos para discussão de sua enorme equipe de colaboradores sobre as mais variadas áreas da economia. Para quem tem interesse no tema de crises cambiais e financeiras, mercados emergentes, etc., o site organizado por N. Roubini é imbatível ([www.stern.nyu.edu/global/macro](http://www.stern.nyu.edu/global/macro)).

Para acompanhar trabalhos de macroeconomia mais heterodoxos, o Instituto Jerome Levy traz textos muito interessantes ([www.levy.org](http://www.levy.org)). Sites como os do FMI ([www.imf.org](http://www.imf.org)), Banco Mundial ([www.worldbank.org](http://www.worldbank.org)) ou do BIS ([www.bis.org](http://www.bis.org)) contêm trabalhos e informações para quem se interessa por macroeconomia ou por sistemas financeiros. ■

\* Professor do Instituto de Economia da UFRJ

## Verbetes\*

● **BILATERALISMO.** Prática de acordos especiais de comércio e de pagamentos assinados entre dois países. Consiste, em geral, na fixação de cotas de importação e taxas alfandegárias privilegiadas, não aplicadas ao comércio com os demais países. O bilateralismo tornou-se uma prática comum no comércio internacional a partir da crise econômica de 1930 e intensificou-se depois da II Guerra Mundial, como recurso para recuperar as economias destruídas pelo conflito e criar mecanismos de controle do comércio mundial. Ao mesmo tempo foi combatido como prejudicial ao comércio internacional como um todo, surgindo assim a necessidade de um acordo global: isso foi conseguido por meio do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (*General Agreement on Tariffs and Trade* — GATT), hoje substituído pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Outra reação às relações bilaterais são os acordos multinacionais regionais, como o Mercado Comum Europeu ou o Mercosul, que mantêm, contudo, um caráter restritivo em relação aos países que não compõem esses grupos. Veja também: Multilateralismo.

● **MULTILATERALISMO.** Comércio praticado livremente entre mais de dois países, sem facilidades tarifárias diferentes para nenhum deles. Teoricamente, permite que cada um dos países envolvidos extraia os ganhos máximos do comércio exterior, considerando-se a sua especialização na divisão internacional do trabalho e a vantagem comparativa que seus produtos ofereçam. Opõe-se ao bilateralismo, que restringe a liberdade do comércio exterior com os países não pertencentes ao grupo. Veja também: Bilateralismo; Cláusula de nação mais favorecida; GATT; OMC.

● **CLÁUSULA SOCIAL.** No âmbito da OMC é a designação dada às cláusulas incluídas nos acordos por força dos países desenvolvidos e que lhes daria direitos a colocar barreiras alfandegárias específicas se fosse constatada a exploração de trabalho infantil ou escravo, por exemplo, nas importações realizadas dos países de menor desenvolvimento, o chamado "Dumping Social". Veja também Dumping Social. ■

\* Contribuição do professor Paulo Sandroni, da FGV/SP, autor do "Novíssimo Dicionário de Economia"

DESEMPENHO PRESIDENCIAL Reinaldo Gonçalves\*

# FHC: O PIOR EM 100 ANOS

Após as críticas ao seu primeiro artigo, o autor retoma o tema ampliando as variáveis macroeconômicas das análises comparativas para aprimorar as conclusões

O artigo "Desestabilização, crescimento medíocre e desigualdade", que publicamos no *Jornal dos Economistas* (dezembro de 2001), recebeu muitas críticas. Nesse artigo, fazemos uma análise do desempenho do atual governo e mostramos os resultados medíocres do governo FHC, bem como a sua herança trágica.

Para isso, partimos de uma análise histórica do desempenho da economia brasileira (crescimento econômico). Mostramos que a taxa média anual de crescimento do PIB, de 2,4% durante o governo FHC, pode ser considerada medíocre não somente pelos padrões recentes de evolução da economia mundial, como também pelos padrões históricos brasileiros. No que se refere ao Brasil, recorremos às taxas de crescimento econômico associada a cada chefe de Estado, no período 1850-2001, isto é, de Pedro II a FHC.

Essa comparação histórica recebeu três críticas. A primeira é que a taxa de crescimento do PIB é um indicador limitado. Ocorre, por exemplo, que podemos ter um período de baixo crescimento, mas com relativa estabilidade de preços (que é outro indicador importante de desempenho).

A segunda crítica refere-se à baixa robustez dos dados sobre crescimento do PIB brasileiro no século XIX. As estatísticas mais confiáveis sobre PIB somente estão disponíveis a partir de 1900. A terceira crítica chama atenção para a ruptura institucional provocada pela Abolição e pela Proclamação da República. De fato, nos 10 anos seguintes a estas rupturas a economia brasileira passou por um extraordinário processo de ajuste estrutural, que influenciou as taxas de variação da renda.

Todas as críticas acima são corretas. Para

atender aos críticos, resolvemos ampliar o número de variáveis macroeconômicas, com o intuito de capturar o desempenho dos chefes de Estado. Ademais, reduzimos o período de análise para 1901-2000. Assim, concentramo-nos no desempenho dos presidentes da República em um século de economia brasileira.

Para proceder a essa análise, criamos um Índice de Desempenho Presidencial (IDP), que se baseia na mesma metodologia do Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD. Basicamente, o IDH parte dos valores máximos e mínimos de cada variável (e.g., expectativa de vida) e mostra "a distância percorrida por cada país do mínimo na direção do máximo (expressa como uma porcentagem)". Na realidade, esse procedimento parametriza as variáveis na forma de índices que vão de 0 a 100, sendo 100 o melhor desempenho, isto é, aquele país que atinge o valor máximo da variável. O IDH é a média aritmética simples desses índices. O IDP segue o mesmo procedimento do IDH.

## Conclusões

As cinco variáveis macroeconômicas usadas no cálculo do IDP são: taxa de crescimento do PIB brasileiro; diferença entre a taxa de crescimento do PIB brasileiro e do PIB norte-americano; taxa de inflação; relação dívida mobiliária federal/PIB; e, relação dívida externa/exportação de bens. Essas variáveis tornam-se, então, indicadores de crescimento, desenvolvimento (encurtamento da distância entre o Brasil e os EUA), estabilidade de preços, (controle da) fragilidade financeira do Estado e (contro-

le da) vulnerabilidade externa. Assim, quanto maior o índice, melhor o desempenho presidencial. O IDP é, então, a média aritmética dos índices referentes às cinco variáveis macroeconômicas.

Os resultados do IDP são apresentados na Tabela 1 e foram analisados em artigo recente do autor ("Índice de desempenho presidencial. Cem anos de economia brasileira", *Revista de Conjuntura, Corecon-DF*, janeiro-março 2002, p. 47-56). Algumas conclusões podem ser tiradas do IDP.

A primeira é que os presidentes brasileiros com melhores resultados econômicos foram "herdeiros" de Getúlio Vargas. Não se trata, aqui, de uma defesa do primeiro governo de Vargas, marcado, entre outras coisas, pelo retrocesso dos direitos políticos. Desenterrar antigos ditadores não contribui para o entendimento da formação econômica do país. No entanto, a herança favorável de Vargas refletiu-se não somente no avanço dos direitos sociais, mas também na expansão do produto potencial e no equacionamento dos problemas das dívidas externa e interna. Assim, seus herdeiros ficaram livres de desequilíbrios de estoque que tendem a se constituir em fortes restrições ao desempenho e às políticas econômicas.

A segunda conclusão, que reforça os resultados da nossa análise publicada no *Jornal dos Economistas* de dezembro de 2001, é que o governo FHC tem tido um desempenho econômico medíocre. Mais do que isso, o IDP mostra que FHC é o pior presidente da história do Brasil nos últimos cem anos. E, ainda mais grave, FHC deixa uma herança trágica em termos de fortes desequilíbrios de fluxo e estoque. Aqui, fazemos referência

Tabela 1

**Indicadores macroeconômicos e Índice de Desempenho Presidencial: Um século de economia brasileira  
(média no período de mandato presidencial)**

Presidente e período	PIB Brasil variação real (%)	PIB Brasil - PIB EUA variação real (%)	Inflação Brasil (%)	Dívida pública federal/PIB	Dívida externa/Exportação	Índice de desempenho presidencial IDP
Manuel Ferraz de Campos Sales - 11/1898 a 11/1902	7,0	0,8	-16,2	14,5	1,6	74,6
Francisco de Paula Rodrigues Alves - 11/1902 a 11/1906	4,8	-0,8	1,8	13,6	1,8	65,2
Afonso Augusto Moreira Pena - 11/1906 a 6/1909	1,1	1,3	2,7	11,3	2,0	61,4
Nilo Procópio Peçanha - 6/1909 a 11/1910	5,2	0,5	2,3	11,6	2,0	67,6
Hermes Rodrigues da Fonseca - 11/1910 a 11/1914	3,6	2,5	-3,7	13,0	2,4	66,9
Venceslau Brás Pereira Gomes - 11/1914 a 11/1918	2,2	-3,6	12,8	12,8	2,7	43,4
Epitácio da Silva Pessoa - 7/1919 a 11/1922	-7,5	6,7	5,4	12,0	1,9	80,8
Artur da Silva Bernardes - 11/1922 a 11/1926	3,8	-2,5	10,4	10,9	2,1	54,8
Washington Luís Pereira de Souza - 11/1926 a 10/1930	5,3	5,5	4,5	10,1	3,0	68,5
Getúlio Dornelles Vargas - 11/1930 a 10/1945; 1/1951 a 8/1954	4,8	-0,6	8,8	7,7	2,9	57,1
Eurico Gaspar Dutra - 1/1946 a 1/1951	7,6	9,4	9,4	4,8	0,5	100,0
João Café Filho - 8/1954 a 11/1955	8,8	3,2	11,8	1,3	1,0	89,2
Juscelino Kubitschek de Oliveira - 1/1956 a 1/1961	8,1	5,9	21,8	0,7	1,5	87,7
Jânio da Silva Quadros - 1/1961 a 8/1961	8,6	6,1	34,7	0,3	2,0	84,1
João Belchior Goulart - 9/1961 a 4/1964	3,6	-1,7	64,3	0,2	2,3	57,0
Humberto de Alencar Castello Branco - 4/1964 a 3/1967	4,2	-2,1	62,0	0,6	2,4	56,4
Arthur da Costa e Silva - 3/1967 a 8/1969	7,8	4,4	24,4	2,3	2,0	79,2
Emílio Garrastazu Médici - 10/1969 a 3/1974	11,9	8,2	21,3	5,1	2,2	90,2
Ernesto Geisel - 3/1974 a 3/1979	6,7	3,8	38,7	6,6	2,7	66,2
João Baptista de Oliveira Figueiredo - 3/1979 a 3/1985	2,5	0,1	113,5	6,1	3,2	45,3
José Sarney - 3/1985 a 3/1990	4,4	1,3	507,3	11,7	3,7	38,3
Fernando Collor de Mello - 3/1990 a 9/1992	-1,3	-1,9	1374,2	5,7	3,0	29,0
Itamar Cautiero Franco - 9/1992 a 1/1995	5,4	2,0	2118,2	10,1	2,9	44,1
Fernando Henrique Cardoso - 1/1995 a 12/2002	2,4	-1,1	20,2	31,0	3,5	27,0

Elaboração: Reinaldo Gonçalves.

não somente aos conhecidos déficits gêmeos (balanço de pagamentos e contas públicas), mas também ao passivo externo e à dívida interna.

**V**ale mencionar que o IDP recebeu outro tipo de crítica. Não se tratava de um problema específico de metodologia, mas ao fato de que o IDP é um e somente um índice. Assim, se trabalhássemos com outras variáveis ou se incluíssemos mais variáveis poderíamos ter resultados diferentes. Por exemplo, o IDP poderia ser ajustado pela acumulação de capital ou pela desigualdade econômica. Mais uma vez, essas críticas são pertinen-

tes. O problema consiste, naturalmente, na disponibilidade de séries estatísticas para um século de economia brasileira. Por exemplo, dados sobre desigualdade são inexistentes para períodos mais longos.

Para testar a robustez do IDP aplicamos uma outra metodologia. Com o auxílio da professora Lúcia Kubrusly, do Instituto de Economia da UFRJ e especialista em análise multivariada, aplicamos a técnica de análise de componentes principais (ACP). A Tabela 2 mostra os resultados dos dois índices. Os resultados obtidos com a ACP mostram uma altíssima correlação com os resultados do IDP. O coeficiente de correlação entre o IDP e o primeiro com-

ponente da ACP é de 0,989 e o coeficiente de correlação entre as classificações fornecidas pelos dois métodos é de 0,987. O gráfico 1 mostra a forte correlação entre o IDP e o índice da ACP.

### FHC é medíocre mesmo

O resultado é conclusivo: tanto o IDP como a ACP mostram que FHC é o pior presidente da história do Brasil. Naturalmente, trata-se de indicadores da história econômica do país. Se ajustássemos os índices por indicadores de direitos sociais e de desigualdade de renda, certamente, os índices de FHC seriam ainda mais baixos.

Tabela 2

**Índice de Desempenho Presidencial (IDP) e Análise de Componentes Principais (ACP)**  
(ordem do melhor para o pior, melhor = 1, pior = 24)

Presidente e período	Índice de desempenho presidencial IDP	IDP, classificação	Análise de componentes principais, ACP	ACP, classificação	Diferença na classificação
Campos Sales	74,6	8	0,431	8	0
Rodrigues Alves	65,2	13	-0,078	12	1
Afonso Pena	61,4	14	-0,376	15	2
Nilo Peçanha	67,6	10	0,046	11	1
Hermes da Fonseca	66,9	11	-0,118	13	2
Venceslau Brás	43,4	21	-1,146	22	1
Epitácio Pessoa	80,8	6	0,856	6	0
Artur Bernardes	54,8	18	-0,524	18	0
Washington Luís	68,5	9	0,084	10	1
Getúlio Vargas	57,1	15	-0,461	17	2
Eurico Dutra	100,0	1	1,893	1	0
Café Filho	89,2	3	1,352	3	0
Juscelino Kubitschek	87,7	4	1,274	4	0
Jânio Quadros	84,1	5	1,118	5	0
João Goulart	57,0	16	-0,361	14	2
Castello Branco	56,4	17	-0,378	16	1
Costa e Silva	79,2	7	0,831	7	0
Garrastazu Médici	90,2	2	1,508	2	0
Ernesto Geisel	66,2	12	0,180	9	3
João Figueiredo	45,3	19	-0,936	20	1
José Sarney	38,3	22	-1,091	21	1
Collor de Mello	29,0	23	-1,656	23	0
Itamar Franco	44,1	20	-0,619	19	1
Fernando Henrique	27,0	24	-1,828	24	0

Elaboração: Renaldo Gonçalves

O retrocesso dos direitos sociais tem sido evidente nos últimos anos. A flexibilização do mercado de trabalho e o aumento da violência são indicadores desse retrocesso. Ao mesmo tempo, no governo FHC constatamos uma brutal concentração funcional da renda, visto que a participação dos salários na renda reduziu-se de 32% em 1994 para 26% em 1999. E, conforme assinala José Murilo de Carvalho (*Cidadania no Brasil*, Ed. Civilização Brasileira, 2001), o Brasil deixa o século XX com uma herança de direitos civis retardatários.

FHC é o *lanterninha*, o pior presidente da história do Brasil. Além do desempenho medíocre da economia brasileira, conforme mos-

tramos em livro recente (*Vagão descarrilhado*, Editora Record, 2002) FHC deixa uma herança trágica: desestabilização macroeconômica, desmonte do aparelho produtivo, esbarramento do tecido social, crescente tensão política, degradação institucional e perda de governança.

FHC deixa, ainda, fortes desequilíbrios de estoque, como o exército de desempregados, o passivo externo e a dívida interna. Acumulam-se fortes desequilíbrios de fluxos e de estoques. A herança trágica de FHC é o desempenho econômico medíocre (o pior em um século de economia brasileira, segundo o IDP e a ACP), as bombas de efeito retardado (e.g., passivo externo e dívida interna), a brutal concentração funcional da

renda, os direitos civis retardatários e o retrocesso dos direitos sociais.

O resultado é que qualquer trajetória de continuidade (com ou sem continuísmo) do atual modelo agravará ainda mais a atual trajetória de instabilidade e crise no Brasil e, portanto, provocará o aumento extraordinário do risco institucional. Não há outra saída que não seja a ruptura com o modelo neoliberal fracassado, implementado por FHC, e que levou a resultados medíocres e trágicos. O Brasil precisa se preparar, não para a pós-modernidade, mas, sim, para a pós-mediocridade. ■

\* Professor da UFRJ

# “O que se configura é uma nova década perdida”

Novo governo terá de reduzir a vulnerabilidade externa do país, com crescimento econômico e controle sobre os capitais que chegam ao mercado doméstico

Reduzir o déficit em conta corrente, controlar o fluxo de capitais e crescer a economia, de forma a atender um mercado interno em expansão, com a distribuição da renda, e ampliar as exportações, triplicando o saldo da balança comercial. Esse é, em resumo, o desafio de um governo que se eleja comprometido em mudar o país.

É o que disse ao *JE* o professor e economista Paulo Nogueira Batista Jr., da FGV, de S. Paulo. O país precisa crescer para fazer frente aos pagamentos de juros, amortizações, dividendos e remessas de lucro. “O que está se configurando é uma terceira década perdida, em termos de crescimento econômico”, alertou.

Com o seu novo trabalho - “Globalização, dependência monetária e vulnerabilidade externa” - a ser publicado no próximo semestre pela editora Alfa Omega, como capítulo do livro “Globalização, democracia e desenvolvimento”, do Centro Brasileiro de Relações Internacionais, o economista teve a terceira edição do seu livro “A Economia como ela é...” lançada há pouco, pela Boitempo. A seguir, a entrevista.

**Jornal dos Economistas** - *Como caracterizaria a economia brasileira atualmente?*

**Paulo Nogueira Batista Jr.** - Existe uma situação de fragilidade financeira, com desequilíbrios nas contas externas e nas finanças públicas. Não é um quadro catastrófico, ainda. É uma situação administrável, mas não há dúvida de que é delicada. A economia vem crescendo pouco, as taxas de desemprego e subemprego são altas. O que está se configurando é uma terceira década perdida, em termos de crescimento econômico.

**JE** - *A luz desta caracterização, como interpreta as avaliações das agências de risco, que vêm elevando o chamado risco Brasil?*

**PNBjr** - Sabemos que o desempenho dessas agências de classificação de risco não tem sido bri-

lhante ao longo dos anos. O que eles dizem sobre determinado país não é para ser considerado verdade absoluta. Mas não dá para negar que existe uma vulnerabilidade macroeconômica. Os chamados fundamentos econômicos brasileiros não são sólidos. Isso, por si só, justifica avaliações desfavoráveis.

**JE** - *Que consequências retirar do fato de, mesmo com o déficit em conta corrente em queda, haver uma evidente redução no ingresso de investimentos diretos externos?*

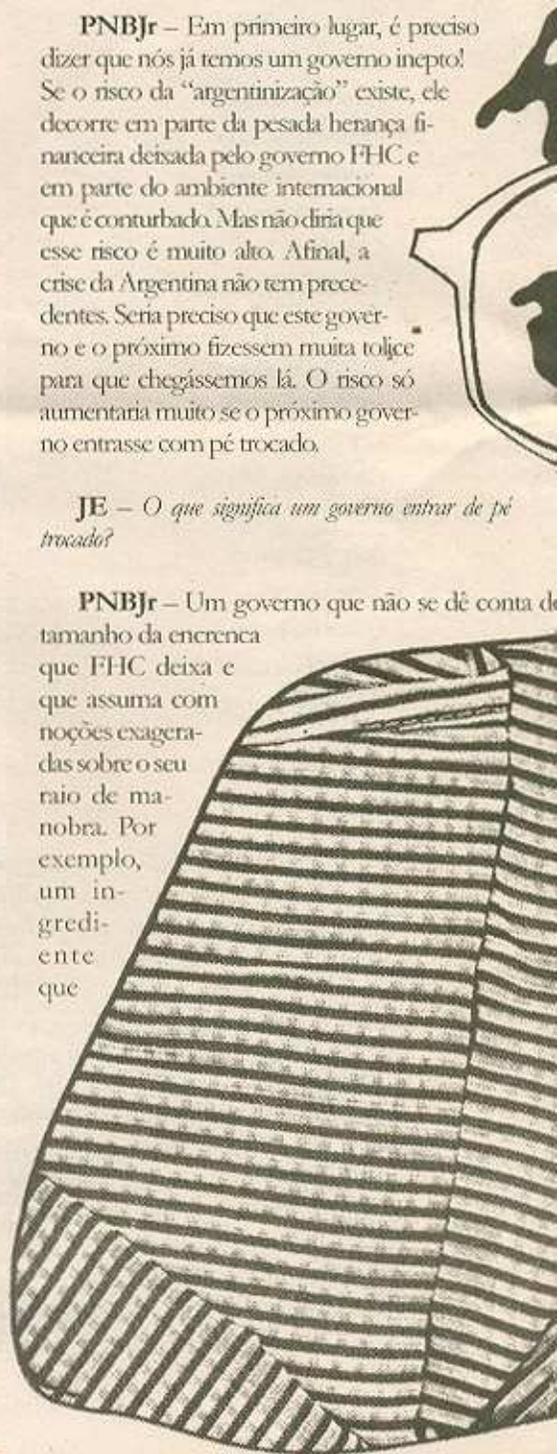
**PNBjr** - O déficit em conta corrente ainda é alto demais; está em torno de US\$ 20 bilhões por ano. É verdade que a redução nos últimos meses tem sido significativa. Não podemos esquecer, entretanto, que ela se deve em parte à desaceleração da economia brasileira. Com uma retomada mais expressiva da economia, o modesto superávit comercial se transformaria rapidamente em déficit. Como a despesa líquida com juros, lucros e dividendos está em torno de US\$ 20 bilhões por ano, o déficit em conta corrente voltaria provavelmente a níveis alarmantes. Então, o problema não está resolvido. Precisamos captar recursos externos não só para cobrir o déficit em conta corrente, mas também para refinarçar as amortizações da dívida externa de médio e longo prazos, que giram em torno de US\$ 30 bilhões a US\$ 35 bilhões por ano. Há, portanto, uma necessidade bruta de capital externo, definida como a soma do déficit em conta corrente e das amortizações, da ordem de US\$ 50 a 55 bilhões por ano. Se a oferta de capitais externos, sob a forma de investimentos ou empréstimos, diminuir acentuadamente, como vem ocorrendo agora, é um Deus nos acuda! O que estamos comprovando, em 2002, pela enésima vez, é que uma economia como a brasileira não pode depender tanto de capital externo. Vamos ter de fazer um esforço maior para reduzir essa dependência.

**JE** - *O presidente da República disse que a eleição de um governo inepto, despreparado, poderia levar o Brasil à situação da Argentina. O que acha disso?*

**PNBjr** - Em primeiro lugar, é preciso dizer que nós já temos um governo inepto! Se o risco da “argentinização” existe, ele decorre em parte da pesada herança financeira deixada pelo governo FHC e em parte do ambiente internacional que é conturbado. Mas não diria que esse risco é muito alto. Afinal, a crise da Argentina não tem precedentes. Seria preciso que este governo e o próximo fizessem muita tolice para que chegassemos lá. O risco só aumentaria muito se o próximo governo entrasse com pé trocado.

**JE** - *O que significa um governo entrar de pé trocado?*

**PNBjr** - Um governo que não se dê conta do tamanho da herança que FHC deixa e que assuma com noções exageradas sobre o seu raio de manobra. Por exemplo, um ingrediente que





poderia ser explosivo seria abordar o tema da dívida pública de forma ligeira, não compreendendo a complexidade da questão.

**JE** - *Qual seria esta compreensão?*

**PNBJr** - Primeiramente, lembrar que a dívida pública interna está fundamentalmente nas mãos de brasileiros. O grosso dela está no ativo dos bancos, fundos de pensão e das pessoas físicas, da classe média para cima. Os credores, diretos ou indiretos, são os que detêm ativos financeiros domésticos. Reestruturar a dívida interna é mais problemático do que reestruturar a externa, porque atinge a poupança brasileira e o sistema financeiro nacional. A tentativa de fazê-lo acabaria conduzindo a uma reedição do famigerado Plano Collor I, de março de 1990. Um governo novo que fosse por esse caminho estaria liquidado. Teria a mesma chance de sucesso que teve a Argentina, que tenta atualmente reeditar o Plano Bonex, decretado por Menem, em dezembro de 1989.

**JE** - *Em sua avaliação, como os presidencialistas estão abordando esta temática?*

**PNBJr** - O debate ainda é incipiente e deve se intensificar nos próximos meses. Mas há um consenso em relação à vulnerabilidade externa entre os quatro principais candidatos. A

questão da vulnerabilidade, que era polêmica e contestada, hoje é amplamente reconhecida. É claro que vai ser preciso entrar mais a fundo nisso. Não se trata, por exemplo, somente de reduzir o déficit em conta corrente, mas de estabelecer um controle preventivo sobre o fluxo internacional de capitais na economia brasileira. É preciso, além disso, fortalecer as reservas internacionais do Brasil. Mas, de maneira geral, a abordagem dos principais candidatos está sendo adequada nesse particular. É no tema da dívida pública que as declarações são às vezes mais desencontradas e preocupantes. A julgar pela maneira como se manifestam, alguns candidatos não compreendem a complexidade do assunto. Mas, com a turbulência nos mercados nas últimas semanas, todos se assustaram e passaram a falar menos ou a falar de forma mais tranquilizadora.

**JE** - *O que seria este controle preventivo do fluxo de capitais?*

**PNBJr** - São medidas voltadas para melhorar a composição do passivo externo do país e reduzir a volatilidade da conta de capitais do balanço de pagamentos. Por exemplo: é importante administrar a estrutura de vencimentos da dívida externa, não só do setor público, mas também do setor privado. Isso significa estabelecer, de acordo com as condições de mercado e a situação financeira do país, prazos mínimos de carência e amortização para os empréstimos e títulos colocados no exterior. É garantir a aplicação rigorosa desses prazos mínimos, impedindo ou restringindo severamente o uso de cláusulas ou mecanismos que permitam a antecipação de pagamentos. Outro exemplo: cabe reexaminar com cuidado as regras e mecanismos que regulam a transferência de capitais de residentes ao exterior. Houve, no meu entender, uma liberalização prematura nessa área ao longo dos anos 90. Em contrapartida, é fundamental que o Estado brasileiro dê garantia total aos ativos financeiros domésticos.

**JE** - *Quais medidas, em sua opinião, podem desartar esse nó externo?*

**PNBJr** - Controles preventivos na conta de capitais teriam que ser combinados com um esforço sistemático e determinado de diminuição do déficit em conta corrente. Sem essa diminuição, a dependência em relação a capitais externos dificultaria inclusive a aplicação dos controles preventivos sobre os fluxos financeiros. Parece-me que seria preciso alcançar, ao longo dos próximos anos, um superávit comercial duas ou três vezes maior do que o atual, possivelmente entre US\$ 10 bi a US\$ 15 bilhões por ano. Estamos gerando um saldo na balança comercial de US\$ 4 bi a US\$ 5 bilhões, com a economia crescendo apenas 1,5%. O grande desafio é aumentar substancialmente a taxa de crescimento do PIB e, ao mesmo tempo, gerar um saldo comercial maior. A dificuldade, como se sabe, é que um crescimento mais acentuado da economia tende, por um lado, a aumentar a demanda por importações e, por outro, a diminuir os excedentes exportáveis e a redirecionar produção exportável para o mercado interno em expansão.

**JE** - *O governo defende a substituição de importações. Qual margem ele tem para convencer as multinacionais a produzirem aqui o que importam de suas matrizes?*

**PNBJr** - O atual governo não terá mais tempo para isso, mas o próximo, sim. Para tanto, será preciso mobilizar um conjunto de instrumentos. Por exemplo: uma política cambial adequada, que estimule os setores produtores de bens e serviços *tradeables*, um sistema tributário eficiente, crédito em condições adequadas para os setores que exportam ou substituem importações, uma política de comércio exterior ágil e pragmática. No fundo, precisamos de uma mudança de foco da política econômica. Esse tema do ajuste externo ficou em segundo plano no período FHC. É incrível que um governo que passou por uma crise cambial como a de 99, tenha se acomodado novamente pouco tempo depois. Quando o quadro internacional voltou a se agravar em 2001, o Brasil ainda estava excessivamente vulnerável. O déficit em conta corrente caiu depois da desvalorização iniciada em janeiro de 99, mas continuou alto demais. E a experiência mostra, com clareza cristalina, que não podemos conviver tranquilamente com déficits altos. Na verdade, o governo FHC ampliou a

vulnerabilidade externa, sobretudo entre 94 e 98, e nunca conseguiu enfrentar a questão, mesmo depois da crise de 99.

**JE** - *Em casos como de componentes eletro-eletrônicos, grandes plantas já estão iconstruídas na Ásia. O Brasil teria chegado atrasado a essa alternativa?*

**PNBJr** - Não conheço o setor eletro-eletrônico. Mas parece difícil admitir que não temos espaços para explorar. Não podemos perder de vista que o Brasil adotou durante vários anos políticas que, de uma maneira geral, prejudicavam os setores exportadores e aqueles que competem com importações. Não é de esperar que a reação desses setores seja agora rápida e espetacular. De uma certa maneira, tudo ficou mais difícil. Como demoraram a tomar providências, hoje temos um passivo externo muito grande. Em consequência, cresceram as despesas de juros, as remessas de lucros e dividendos e a carga de amortizações. Mas não diria que o problema é insolúvel.

**JE** - *FHC disse "exportar ou morrer". Com o protecionismo crescente na América do Norte e Europa, aliado ao fato de muitos mercados já serem calivos das grandes corporações norte-americanas e europeias, como o Brasil poderá ampliar suas exportações?*

**PNBJr** - Além de tomar as medidas que já apontei, precisamos ser realistas. Não interessa ao Brasil entrar em áreas de livre comércio com EUA e União Europeia. Não vamos nos amarrar por acordos internacionais, tanto mais que as concepções que os norte-americanos e europeus têm desses acordos é desequilibrada. Já ninguém pode ignorar que a máxima dos EUA e da UE é a seguinte: livre comércio nas áreas em que eles são competitivos e protecionismo nas áreas em que não são. Não sei, por exemplo, o que o Brasil ainda está fazendo na mesa de negociações da ALCA. O Executivo e o Congresso dos EUA, em uma série de decisões recentes, já deixaram claro que os principais temas de interesse do Brasil estão quase todos fora da negociação. Não vamos confundir as coisas. O Brasil tem que buscar ampliar suas exportações, inclusive para a Europa e os EUA. Mas isso não significa negociar áreas de livre comércio com os EUA e a UE. Repare o seguinte: grande parte do comércio mundial se dá entre EUA, UE e Japão. No entanto, eles não têm e nem estão negociando áreas de livre comércio entre si! O Brasil não precisa negociar áreas de livre comércio para ampliar suas ven-

das aos EUA, à Europa e ao Japão. O que nós temos que fazer, ao contrário, é preservar e fortalecer a nossa autonomia. Precisamos reforçar nossa competitividade internacional, acionar os mecanismos que nos favoreçam, ampliar as vendas de bens e serviços no exterior e controlar as compras de bens e serviços. Isso requer uma política mais ativa do Estado. É o caminho para recuperar a capacidade de crescer.

**JE** - *Como fazer isto?*

**PNBJr** - Está faltando um foco nas políticas nacionais. Das grandes economias da periferia do sistema internacional, a brasileira é uma das mais vulneráveis. A China e a Índia, por exemplo, não têm a vulnerabilidade que nós temos. A situação mundial é turbulenta, mas nem todos os países estão tão fragilizados quanto o Brasil. Isso sugere que o problema não é só do mundo, mas das políticas adotadas no Brasil. Durante o governo de FHC, prevaleceu uma forma escapista de argumentar. Os problemas tendem a ser debitados à instabilidade mundial e à chamada globalização. Com isso, perde-se de vista a responsabilidade do governo nacional e a margem de manobra de que o país dispõe. Nós tivemos durante oito anos uma política econômica eminentemente letárgica. Ela conseguiu a estabilização monetária com o Plano Real e depois entrou em uma espécie de paralisia prolongada.

**JE** - *Em sua opinião, o que deve mudar se houver a eleição de um presidente de oposição, comprometido com a distribuição da renda, a defesa da autonomia e soberania nacional e a retomada do crescimento econômico?*

**PNBJr** - O Brasil precisa de mudanças em muitas áreas. Se tivesse que destacar dois temas, mencionaria a distribuição de renda e a redução da vulnerabilidade externa. O Brasil continua sendo um dos países de renda riqueza mais concentradas no mundo. Nunca tivemos um governo sistematicamente comprometido com a distribuição de renda. Tivemos espasmos distributivos em alguns períodos. Por exemplo, no período Vargas e no tempo de Funaro (ex-ministro da Fazenda, Dilson Funaro, no governo José Sarney). Precisamos de um governo que confira prioridade a esse tema. Mas para resolver o problema da pobreza é preciso não só distribuir, como também crescer. E para retomar o crescimento teremos que superar a restrição externa. ■

CONTAS NACIONAIS Carmem Aparecida Feijo\*

# CRÉDITO E QUALIDADE NOS DADOS OFICIAIS

A credibilidade da estatística, no sentido atribuído nesse texto, não se define no âmbito da produção, mas da discussão teórica. A qualidade da produção depende das práticas de estatística

**N**esta linha de argumentação, podemos avançar um pouco mais no entendimento das responsabilidades das instituições produtoras de estatísticas oficiais, identificando dois aspectos. O mais imediato e visível é na atividade de produção. O segundo diz respeito ao fato de que dificilmente a produção de estatísticas oficiais esteja concentrada em um único produtor. Em geral, se identifica um produtor maior que também tem a atribuição de coordenar um Sistema Estatístico, com vários produtores. É na atividade de coordenação que observamos mais claramente a

importância do aspecto da credibilidade na escolha do referencial teórico.

## Sistema Estatístico Nacional e Coordenação

Na introdução, apontamos que as estatísticas oficiais são um importante insumo para decisões públicas e privadas envolvendo o monitoramento da evolução das condições econômicas e sociais, o planejamento e a avaliação de programas e investimentos do governo e do setor privado.

Entendemos por estatísticas oficiais aquelas que são referência em um sistema estatístico nacional que descreva aspectos econômicos, sócio-demográficos e ambientais de um país de forma consistente e contínua. Neste sentido, a credibilidade e a reputação das estatísticas oficiais são importantes atributos a darem credibilidade às ações de política econômica e social do governo.

Vamos identificar como produtores de estatísticas oficiais de um país aqueles que são regulados pela Lei Estatística, ou seja, aquela que confere aos produtores o direito de obter informações privadas para uso exclusivamente estatístico (Lei do Sigilo). Vamos sugerir adicionalmente que um critério também relevante a ser

considerado na identificação de produtores oficiais é o compromisso com as normas e recomendações de organismos das Nações Unidas, quer sejam em relação a conceitos e classificações como em procedimentos metodológicos. A adequação da produção estatística às normas internacionais reforça tanto a reputação quanto a credibilidade das estatísticas produzidas.

No Brasil, o maior órgão produtor oficial de estatísticas é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que é regido pela Lei Estatística (ver Gonçalves, 1995). O IBGE tem como atribuição não só produzir informações, mas também coordenar a produção de estatísticas de outras agências públicas. Assumir esta dupla atribuição implica fazer a distinção entre a produção do produtor oficial de estatística e o sistema de estatísticas oficiais (ou nacional), que deve contemplar a produção da agência central de estatísticas e das demais (sobre propostas de coordenação do sistema de estatística nacional ver Senra, 2002 e Valente, 1996.)

**D**ada a importância das estatísticas oficiais no processo de decisões em economias modernas e as responsabilidades dos produtores oficiais, é importante identificar que instrumentos de coordenação existem para assegurar a ‘imagem’

A credibilidade e a reputação das estatísticas oficiais são importantes atributos a darem credibilidade às ações de política econômica e social do governo

## Quando se discute a produção de estatísticas oficiais é importante observar, além da atividade de produção, a de coordenação de um sistema de estatísticas

de qualidade das estatísticas que integram o sistema nacional de estatística. Nosso entendimento é que o Sistema de Contas Nacionais (SCN) deve ser a principal referência. Esta sugestão se apóia nos propósitos do novo manual de Contas Nacionais, de 1993, divulgado pelas Nações Unidas (em conjunto com a OECD, o FMI, o Banco Mundial e o EUROSTAT):

*As contas nacionais servem como um quadro de referência para os sistemas estatísticos e como um ponto de referência no estabelecimento de normas em áreas estatísticas com elas relacionadas. (...) Também incrementa o poder analítico das estatísticas disponíveis para a diversidade de*

*utilizadores. (p. XXXI) Para reforçar esta sugestão, vale lembrar as palavras de Richard Stone, em sua Nobel Memorial Lecture, em 1984:*

*Três pilares nas quais uma análise da sociedade deve repousar são os estudos dos fenômenos econômicos, sócio-demográficos e ambientais. Naturalmente, idéias contábeis estão mais desenvolvidas no contexto econômico, [...] mas elas são igualmente aplicáveis nos outros dois campos. (Stone, 1997, p. 17.) [nossa tradução]*

Com esta colocação, vemos que o SCN, por sua grande abrangência em termos de cobertura das atividades econômicas e por sua flexibilidade (ver Kendrick, 1996), oferece elementos de coordenação da produção oficial de estatísticas econômicas, sociais e ambientais. Por estar referido a um modelo macroeconômico apresenta credibilidade e, conseqüentemente, ampla aceitação.

### Conclusões

Em resumo, buscamos neste texto discutir temas relevantes para a produção de estatísticas oficiais.

Observamos inicialmente que estatísticas oficiais não podem ser vistas como uma *commodity*. Devem ser entendidas como um bem público e servem de insumo na formulação e acompanhamento de políticas públicas e privadas. Os temas de reputação e credibilidade, usualmente debatidos em relação à política monetária, foram desenvolvidos em relação à produção de estatísticas oficiais. Concluímos mostrando que a produção de estatísticas oficiais, pela sua diversidade, não é atribuição de um único órgão. Assim sendo, quando se discute a produção de estatísticas oficiais é importante observar, além da atividade de produção, a de coordenação de um sistema de estatísticas. À luz das questões de credibilidade e reputação, sugerimos o novo sistema de contas nacionais como a principal referência de coordenação das estatísticas oficiais do país. ■

\* Economista do IBGE e Professora da UFF e da ENCE/IBGE

\*\*As idéias aqui expressas não representam a opinião das instituições as quais a autora é ligada. Agradeço comentários de Paulo Gonzaga M. de Carvalho, Elvio Valente, Zelia Bianchini e Nelson Senra, que obviamente não são responsáveis por incorreções que porventura permaneçam.

### Bibliografia

- Gonçalves, Jayci de M. M. 1995. IBGE: um Retrato Histórico, Documentos para Disseminação, IBGE, Memória Institucional no. 5, Rio de Janeiro.
- Kendrick, J.(ed.) 1996. The New System of National Accounts, Kluwer Academic Publisher.
- Martín-Guzmán, P. 2001. Comment., Journal of Official Statistics, vol. 17, no. 1, p.73-6, Suécia.
- Nações Unidas. 1993. Sistema de Contas Nacionais [SCN-93], Instituto Nacional de Estatística, Portugal.
- Platek, R. e Sarndal, Carl-Erik. 2001. Can a Statistician Deliver, Journal of Official Statistics, vol. 17, no. 1, pp.1-20, Suécia.
- Ryten, J. 2000. Should There Be a Human Development Index, Trabalho apresentado na IAOS Conference on Statistics, Development and Human Rights, Montreux, Suíça.
- Senra, N. 2002. Regime e Política de Informação Estatística: criação e atuação da necessária instituição coordenadora, São Paulo em Perspectiva, Fundação SEADE, São Paulo, no prelo.
- Siesú, J. 1997. Reputação das Autoridades Monetárias e Credibilidade das suas Políticas: uma abordagem pós-Keynesiana, Estudos Econômicos, vol. 27, no. 1, janeiro-abril, pp. 5-27, São Paulo.
- Stone, R. 1997. The Accounts of Society, American Economic Review, dezembro, pp. 17-29.
- Valente, E. 1996. Transformações Estruturais e Sistemas Estatísticos Nacionais, IBGE, Rio de Janeiro, mimeo.

IN MEMORIAN

Magdalena Cronemberger Góes\*

# TRIBUTO A LIA HAGUENAUER

Lia não gostava de aparecer. Mas por onde andou e nos trabalhos em que participou seu destaque era inevitável

da UFRJ, são as duas principais referências na sua carreira como economista. No IBGE, trabalhou de forma contínua em dois períodos, de 1972 a 1983 e de 1986 a 1988, e no IE/UFRJ, em 1984 e 1985 e de 1988 a 1996. A partir de 1997, como economista independente, continuou a participar em projetos do IE, de outras instituições e, também, do IBGE.

Nos anos 70, no início de sua carreira no IBGE, foi a principal mentora e realizadora das matrizes de relações intersetoriais, inaugurando uma metodologia de trabalho com informações estatísticas que, mais adiante, veio respaldar os trabalhos de im-

plantação de um sistema integrado de Contas Nacionais, hoje em regime de produção sistemática. Estávamos ainda na época das listagens, extensas e volumosas. Lia realizava um trabalho silencioso, metucioso, revirando as entranhas dos censos de 1970, checando suas coerências, reordenando seus dados, de forma a compor um primeiro quadro-síntese da estrutura produtiva nas duas dimensões atividade X produto (matriz de insumo-produto).

Montado o quebra-cabeça, tudo nos parece simples, quase elementar. Mas sua montagem, sobretudo a primeira, quando não se dispunha de qualquer experiência anterior, foi um desafio, e Lia foi a principal liderança na realização deste trabalho, com sua especial capacidade de associar o "real" misturado, revelado pelos dados, com os conceitos e as categorias de análise do instrumento em construção. Apesar de seu jeito avesso ao professoral, fez escola.

De 1983 a 1985, deixou o IBGE, e todos nos sentimos órfãos nessa ocasião. Foi quando inaugurou seu tempo de pesquisadora no hoje IE/UFRJ. Com a nova República, retornou ao IBGE no período de 1985 a 1988,

quando novamente sua contribuição foi fundamental na definição das bases e na construção do Novo Sistema de Contas Nacionais. Após 1988, mesmo não estando mais integrada ao IBGE, continuou a colaborar como consultora em trabalhos da Instituição, sobretudo na área de Contas Nacionais e das matrizes de relações intersetoriais.

A produção intelectual de Lia Haguenauer foi bastante fértil. Alguns de seus textos são clássicos, usados como referência por outros pesquisadores e por professores.

Falar de Lia apenas como economista é incompleto. O que a tornava especial era sua forma de aliar à sua inteligência, lucidez, cultura, um conjunto amplo de outras qualidades: uma integridade a toda prova, independência de pensamento, desprendimento em relação a cargos e prestígio, coragem em assumir posições e, acima de tudo, um jeito delicado e cativante de tratar bem a todos. Por isso foi tão querida. ■

## Principais Trabalhos Publicados

"Competitividade: conceitos e medidas. Uma resenha da bibliografia recente com ênfase no caso brasileiro". Texto para Discussão n.211, IEI/UFRJ, 1989 e Revista Pensamento Iberoamericano n.17, jan/jun 1990.

Haguenauer, L. e Cronemberger, M., "Fontes de informação sobre a indústria brasileira" in Kupfer, D. e Hasendeveer, L., Economia Industrial, Editora Campus, Rio de Janeiro, 2002.

Haguenauer, L., Bahia, L.D., Furtado, P. e Ribeiro, M.B., "Evolução das Cadeias Produtivas Brasileiras na Década de 90", Texto para Discussão no. 786, Brasília, 2001.

Haguenauer, L., Markwald, R. e Pourchet, H., "Estimativas do valor da produção industrial e elaboração de coeficientes de exportação e importação da indústria brasileira", Texto para Discussão no. 563, Rio de Janeiro: IPEA, 1998.

Ferraz, J. C., Kupfer, D. e Haguenauer, L., Made in Brazil - Desafios Competitivos para a Indústria, Editora Campus, Rio de Janeiro, 1996. Prêmio Jabuti de Economia, Administração e Negócios de 1996.

Haguenauer, L., Araújo Jr, J.T., Guimarães, E.A. e Prochnik, V., "Os complexos industriais na economia brasileira", Texto para Discussão n. 62, IEI/UFRJ, 1984.

**L**ia Haguenauer aliava à sua aguçada inteligência, uma sólida formação e extraordinária capacidade de percepção do âmago das questões, uma inabalável retidão de princípios, coragem e muita doçura por baixo do seu jeito reservado e discreto de ser.

Conheci Lia em 1974, no IBGE, no início dos trabalhos de construção das matrizes de relações intersetoriais. Trabalhamos nos mesmos projetos alguns anos, com o ganho de uma amizade, cujos laços ficaram mais fortes e estreitos com o tempo. Deixou-me, e aos que como eu tiveram a oportunidade de com ela conviver, uma lição de vida e uma imensa saudade.

Não teria competência para sintetizar sua carreira e suas contribuições como economista. A relação dos principais trabalhos publicados, individuais e em co-autoria, no quadro anexo, fala por si. No que está ao meu alcance, relembrei apenas algumas passagens da sua vida profissional.

## Contas Nacionais

O IBGE e o Instituto de Economia - IE,

\* Economista do IBGE



ENSINO Nivalde José de Castro\*

# NOVO CURRÍCULO É UM RETROCESSO

## Novo currículo elimina monografia alegando flexibilização

**A** proposta de reformulação do currículo dos cursos de Graduação de Economia do país, formulada pelo Conselho Nacional de Educação - CNE, através de Resolução n.º 146/2002, representa um retrocesso no processo de melhoria da qualidade do ensino de economia, iniciado nos anos 70 como uma das bandeiras de luta do Movimento de Renovação dos Economistas. Este processo culminou com a Resolução n.º 11-84 do CFE, que abriu uma nova fase na profissão de economista.

A Resolução do CNE usou e abusou de uma justificativa para o novo currículo. Esta justificativa está muito em moda: flexibilização. Graças à sua aplicação, o país vem enfrentando graves problemas econômicos (racionamento, choques tarifários, desnacionalização, etc.) e sociais (aumento na desigualdade, desemprego e violência). No caso do nosso currículo, o CNE simplesmente baniu a monografia, impôs o estágio, reduziu o tempo de estudo e "liberou gerou" na estrutura curricular.

### Prejuízos

Vejamos, de maneira bem simplificada, alguns danos que estas medidas provocarão à formação dos futuros economistas:

**1 - Extinção da Monografia** - O economista, de uma maneira geral, trabalha escrevendo e pensando: pesquisa informações na internet, relatórios, livros, etc. Seleciona e sistematiza o que é mais importante. Estrutura e escreve um texto. Este é, em síntese, o exercício exigido pela monografia. O seu desenvolvimento ajuda à formação de qualquer economista, seja o que vai trabalhar em uma empresa ou na universidade, em um banco ou no governo. A monografia pode ser encarada como uma exigência social. Para poder exercer minimamente a profissão, o economista

precisa desta qualificação, deste treino, deste conhecimento metodológico. A exigência foi pensada nesta perspectiva social e profissional. Acabar com a sua obrigatoriedade é contribuir para a diminuição da qualidade e capacidade profissional.

**2 - Estágio** - A imposição do estágio trará os seguintes problemas para os alunos: aquele que só quer estudar? O que já trabalha e estuda à noite? Nas regiões onde não há oferta de estágio? E o controle sobre a qualidade e eficácia do estágio em si, quem fará? Como resolver estes problemas? Flexibilizando mais um pouco? Por que não deixar ao aluno a decisão sobre este assunto?

**3 - Duração do curso** - Aqui a "flexibilidade" foi colocada no seu ponto máximo pelas propostas oferecidas pelo CNE. O curso de economia poderá ser concluído em três anos. Qual o impacto desta redução sobre a qualidade da formação? Estaremos formando melhores economistas ou estaremos formando mais economistas a custos menores?

**4 - Estrutura curricular** - Neste campo, verifica-se algo como um "crime hediondo", pois a proposta significa, concretamente, o rompimento radical com a orientação curricular da resolução n.º 11/84 do Conselho Federal de Educação - CFE. Trata-se de um retrocesso grave e de consequências imprevisíveis sobre a qualidade das futuras gerações de economistas. Porque deixar ao "sabor do mercado" a estrutura curricular, dando a qualquer escola a decisão de dar ½ disciplina de macro e cinco de administração para gerar economia de escala entre os cursos de economia e administração, ou com direito. O CNE simplesmente apresenta três parágrafos que (des)orientam a formação das grades curriculares. Três parágrafos versus um estudo minucioso e criterioso apresentado pela Resolução n.º 11/84, que foi elaborada

por representantes da comunidade acadêmica e profissional do país.

### A lógica do CNE

Em realidade o CNE não acatou nenhuma das inúmeras proposições, propostas e estudos apresentados pelos professores e economistas representantes da nossa comunidade, das nossas melhores universidades. Fechou uma resolução com que objetivos?

A lógica que está orientando o CNE pode ser entendida com base na seguinte hipótese: o Brasil é um dos países da América Latina com a pior taxa bruta de escolaridade no ensino de 3º Grau. Esta taxa é uma relação entre a faixa etária do estudante universitário e a respectiva faixa populacional de todo país. Implica dizer que a quantidade de jovens que está matriculada no ensino superior é muita pequena em relação ao total de jovens que poderiam estar nas universidades.

Hoje as duas maiores barreiras à ampliação do número de matrículas no ensino superior são: (a) distribuição de renda, que limita a capacidade de pagamento das matrículas por parte das famílias; e (b) redução dos gastos públicos com educação, que diminui a capacidade de expansão das matrículas públicas e gratuitas.

Com estes dados, a hipótese é simples e objetiva: a política de flexibilização tem como objetivo viabilizar o aumento do número de matrículas no ensino superior, a custos menores, mas com a diminuição da qualidade de ensino. E a nossa profissão como fica? ■

\* Professor do Instituto de Economia da UFRJ, Coordenador do Núcleo de Computação e autor do livro "O Economista: A história da profissão" - nivalde@ufrj.br

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

# ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NO RIO

Deliberação não garante a universalização e a participação popular na decisão final sobre o orçamento do município

**N**o Diário Oficial do município do Rio, de 10 de junho, foi publicada a deliberação da Comissão Executiva Provisória do Orçamento Participativo (OP), que dispõe sobre a metodologia e os critérios técnicos de seleção dos projetos para integração à Proposta Orçamentária de 2003.

A deliberação complementa o regulamento provisório do OP estabelecido pelo decreto nº 21.186, de 26 de março, alterado pelo de nº 21.428, de 20 de maio de 2002, mas ainda é bastante destoante com a lei nº 3.189, de 23 de março de 2001, de autoria do vereador Eliomar Coelho, que dispõe sobre a participação popular no processo de elaboração do Orçamento.

Devido à contradição entre a lei nº 3.189 e o decreto nº 21.186, formulamos, juntamente com o gabinete do parlamentar, um Requerimento de Informação com questões sobre esta contradição e o enviamos tanto ao prefeito quanto à Procuradoria da Câmara Municipal.

## Rupturas

A deliberação apresenta metodologia e critérios técnicos aos moldes do processo de OP de Porto Alegre, regionalizando a cidade, incluindo os temas de maior neces-

sidade para cada região e, até mesmo, índices sócio-econômicos para a determinação do ordenamento dos projetos.

Segundo a metodologia deliberada, a determinação das prioridades de cada região se dará nas reuniões das Comissões Regionais do Plano Estratégico da Cidade, com ampla participação da comunidade, assim como a indicação dos projetos por ordem de prioridade para cada um dos temas. Porém, não há especificação de como serão eleitos os temas e os projetos.

Mas, se há avanços no processo, é fato também que ele ainda apresenta muitos pontos negativos. Não vimos nos meios de comunicação uma forte convocação à população para que comparecesse às reuniões, comprometendo a universalidade do processo. Além disso, não está garantida a participação da população no processo decisório.

Certamente esta deliberação representa um avanço em relação ao processo de OP no Rio de Janeiro, mas ainda está muito aquém do ideal. Para nós, do Fórum Popular do Orçamento do Rio de Janeiro, a não universalidade e a "exclusão" da população do processo decisório representam rupturas com princípios básicos que um OP deve ter e que são indispensáveis, se for da vontade do Poder Público a verdadeira democratização do Orçamento. ■

As matérias desta página são de autoria da equipe técnica do Corecon-RJ, de apoio ao Fórum Popular de Orçamento do Rio de Janeiro. Equipe técnica: Luiz Mario Behnken, coordenador, Daniela Faria, Eduardo Kaplan e Renato Elman.

CORECON: Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro/RJ - CEP 20054-900 - Tel.: (21) 2232-8178 Fax.: (21) 2509-8121 - Correio eletrônico: fporj@bol.com.br - Portal: <http://www.economistas.com.br> - Lista de discussão: [forumrio@rits.com.br](mailto:forumrio@rits.com.br)

As reuniões do Fórum são abertas: todas as quintas-feiras, às 18h, na sede do CORECON-RJ

## Cofecon informa

A Escola de Administração Fazendária – ESAF - informa que se encontram abertas, até 14 de outubro de 2002, as inscrições para o **Concurso Nacional de Monografias - VII Prêmio Tesouro Nacional - 2002.**

### FINALIDADE

O Prêmio Tesouro Nacional tem a finalidade de estimular o estudo e a pesquisa no campo das Finanças Públicas.

### TEMAS

Os temas centrais propostos para a dissertação são:

- Ajuste Fiscal e Dívida Pública
- Tópicos Especiais de Finanças Públicas
- Tributação, Orçamentos e Sistemas de Informação sobre Administração Financeira Pública.

### PREMIAÇÃO EM CADA TEMA

1º Lugar: R\$ 10.000,00

2º Lugar: R\$ 5.000,00

3º Lugar: R\$ 2.500,00

Certificado de vencedor

Publicação da monografia

### INFORMAÇÕES

E-mail: [premio.stn@fazenda.gov.br](mailto:premio.stn@fazenda.gov.br)

Fone: (61) 412 6286

Regulamento: [http://www.esaf.fazenda.gov.br/home/home\\_premio.html](http://www.esaf.fazenda.gov.br/home/home_premio.html)

Idealização: Tesouro Nacional

Realização: ESAF

Patrocínios: CNPq e FGV

Cofecon - Conselho Federal de Economia

Endereço: SCS Quadra 02 - Bloco B - Sala 501

CEP: 70318-900 Brasília / DF - Tel. (61) 224-4385

e-mail: [admin@cofecon.org.br](mailto:admin@cofecon.org.br)

13 DE AGOSTO

# DEBATE MARCARÁ O DIA DO ECONOMISTA

A programação inclui seminário e a entrega de prêmios

O Dia do Economista será celebrado, neste ano, com uma intensa programação que se iniciará pela manhã e irá até a noite, com o debate com os assessores econômicos dos candidatos à Presidência da República, a respeito do tema "As restrições fiscais e externas: como superá-las – a visão dos presidentiáveis?".

Antes do debate, no auditório do CREA-RJ, haverá a entrega do I Prêmio Ricardo Bueno de Jornalismo Econômico às jornalista Danielle Abreu, que publicou no jornal Extra a matéria "Na hora de brincar, muito trabalho", e Vera Batis-

ta, Sonia Araripe e Kátia Luane, que escreveram para o Jornal do Brasil a reportagem "Bancos têm lucro recorde na era FH". As duas matérias dividiram a premiação no valor de R\$ 5 mil.

A programação do Dia do Economista se iniciará, porém, às 9h do próximo dia 13, com a realização, no Grande Hotel São Francisco, do seminário Novas Diretrizes para o Curso de Economia, com a participação dos professores Jennifer Hermann e José Luiz Oreiro, da UFRJ, e Antonio José Alves Júnior, da UFRRJ. Os debates prosseguirão à tarde e, durante o almoço, será feita a entrega do Prêmio Anual de Monografia

do Corecon-RJ.

A programação noturna será aberta ao público e para participar do seminário e dos debates que vão ocorrer no Grande Hotel São Francisco será cobrado o valor de R\$ 30, com a despesa do almoço incluída.

## EXPOSIÇÃO NO CORECON

12 de agosto, o Conselho Regional de Economia-RJ estará inaugurando um novo espaço na entidade: o de exposições. A estreia será com a mostra de fotografia TEM INDIO NO RIO. [www.economistas.com.br](http://www.economistas.com.br).

## 13 DE AGOSTO

### Seminário

**Novas diretrizes para o curso de Economia**

9h - Mesa redonda:

**Macroeconomia para graduação: programa e bibliografia**

Expositores: Professora Jennifer Hermann (UFRJ); Professor José Luiz Oreiro (UFF);

Coordenador: Professor Antonio José Alves Junior (UFRRJ)

12h - **Entrega do Prêmio Anual de Monografia do CORECON/RJ**

14h Debate:

**Novas Diretrizes para o Curso de Economia**

Expositores: Professor José Ricardo Gonçalves (Unicamp/Ange); Professor José Nivalde Castro (Nuca/UFRJ); Coordenador: Professor Eduardo Scaletsky (CORECON/RJ e UFRRJ)

16h - Mesa redonda:

**Microeconomia para graduação: programa e bibliografia**

Expositor: Professor David Kupfer (UFRJ); Líia Hasenclever (UFRJ)  
Coordenadora: Renata Lêbre La Rovere (UFRJ)

### Local:

GRANDE HOTEL  
SÃO FRANCISCO

Rua Visconde de Inhaúma,  
95  
Centro  
Rio de Janeiro - RJ

### Inscrição:

R\$30,00 (trinta reais)  
com almoço no local  
Favor confirmar presença  
até o dia 7 de agosto  
[coreconinst@alternex.com.br](mailto:coreconinst@alternex.com.br)  
Tel.: 2232 8178  
ramais 32 e 45

18h - A Economia Brasileira em debate:

**As restrições fiscais e externas: como superá-las? a visão dos presidentiáveis**

Debate com as assessorias econômicas dos principais candidatos à Presidência da República.

**Entrega do Prêmio Ricardo Bueno de jornalismo econômico**  
Matérias premiadas em 1º lugar:

- **Na hora de brincar, muito trabalho**  
Publicada em 11 de fevereiro de 2001, no Jornal EXTRA.  
- Jornalista Danielle Abreu
- **Bancos têm lucro recorde na era FH**  
Publicada em 21 de novembro de 2001, no Jornal do Brasil  
Jornalistas Vera Batista, Sônia Araripe e Kátia Luane

**Local:** Auditório do CREA – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. - Rua Buenos Aires, 40 – 5º andar Centro – Rio de Janeiro - RJ